

NOTAS E INFORMAÇÕES

O vaivém das refinarias



Petrobras usa órgão de defesa da concorrência ora para vender, ora para reaver refinarias

A Petrobras, dando sequência à guinada promovida pelo governo Lula em sua estratégia empresarial, pediu e obteve do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a anulação do compromisso de ven-

ta de metade de seu parque de refino, além da transportadora de gás TBG. O acordo, firmado em 2019, no governo Bolsonaro, havia sido desenhado pela própria área técnica da Petrobras, que sugeria a venda para extinguir um questionamento sobre atuação anticoncorrencial.

Poucas horas após a petroleira tornar público o pedido, a Superintendência-Geral do Cade manifestou-se a favor e recomendou voto favorável ao plenário, que aprovou o pedido dois dias depois. Ainda que a Petrobras tenha ressaltado, em comunicado, que as propostas apresentadas foram “fruto de amplo debate técnico” entre ambos, restou a desconfiança de que os interesses do governo de ocasião no controle da empresa prevaleceram, dado que a venda foi aprovada e também revertida com inaudita velocidade.

Desconfiança é o pior sinal a ser emitido por um organismo regulador de mercado. A legislação que criou o Cade estabelece, em seu parágrafo único, que “a coletividade é a titular dos bens jurídicos protegidos por esta lei”. Com isso, impõe, de forma muito clara, que sua atuação deve garantir à sociedade acesso a um mercado de livre concorrência.

Não é – ou não deveria ser – função do Cade atender aos interesses de empresa A, B ou C, sejam eles quais forem, sem antes avaliar em detalhes em que medida esses interesses podem prejudicar o mercado e os consumidores. Dito isso, foi no mínimo questionável que uma reclamação contra a Petrobras feita pela Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abi-

com) há cinco anos tenha sido solucionada por um plano produzido pela própria Petrobras.

Na época, a reclamação parecia o que a gestão de Bolsonaro e o seu ministro da Economia, Paulo Guedes, precisavam para justificar a venda e reforçar o caixa, já que o Tesouro é também remunerado na transação. Além do mais, podendo escolher com quais refinarias pretendia permanecer, a companhia, por óbvio, manteve as mais rentáveis, sem objeção do Cade. A pandemia de covid e a insegurança que cercou a decisão fizeram com que apenas três das oito unidades postas à venda fossem de fato privatizadas. Agora, sob a gestão Lula da Silva, a empresa quer voltar atrás mesmo em relação às vendas efetuadas.

Alegando que a alienação das refinarias é um obstáculo ao processo de transição energética, a Petrobras propõe alternativas para garantir a concorrência que partem do pressuposto de que o Cade confia integralmente no bom comportamento da empresa – como o compromisso de fechar contratos com “estrita observância ao direito de concorrência”, divulgar em seu site as diretrizes comerciais e não discriminar refinarias independentes.

Aceitar negócios garantidos pelo fio do bigode não é exatamente o que se espera de um órgão antitruste. Conflitos concorrenciais deveriam ser solucionados com imparcialidade e rigor pelo Cade, e não, como parece ter sido, com resolução terceirizada a uma das partes envolvidas. ●

Varejo Compras de até US\$ 50

Taxação de sites chineses deve ser vetada, diz Lula

SOFIA AGUIAR
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que a tendência é vetar a taxaço sobre compras com valor de até US\$ 50 (por volta de R\$ 257) em sites internacionais, mas que, ainda assim, está aberto a negociar o tema. A medida foi incluída no projeto de lei que regulamenta o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), que prevê incentivos para o setor automotivo. De acordo com Lula, um encontro com o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), para tratar do tema não foi marcado, mas reforçou que pode conversar.

“A tendência é vetar, mas a tendência também pode ser negociar”, disse Lula, a jornalistas na manhã de ontem. “Precisamos tentar ver um jeito de não tentar ajudar uns prejudicando outros, e fazer uma coisa uniforme. Estamos dispostos a negociar e encontrar uma saída.”

A taxaço das compras internacionais de até US\$ 50, que impacta sites asiáticos como Shein e Shopee, é defendida pelo presidente da Câmara. A expectativa é de que o PT e o PL tentem derubar a medida por meio de destaques após a votação do texto principal do Mover.

Como o *Estadão* adiantou, a tributação se transformou em uma batalha não apenas nas redes sociais, mas também dividiu o setor privado e rachou as bancadas de parlamentares que atuam em defesa de interesses empresariais no Congresso.

De um lado, as grandes varejistas brasileiras, como Riachuelo e Petz, pressionam pela tributação e atuam no Parla-

mento por meio da Frente Parlamentar do Empreendedorismo. O argumento é de que a falta de tributação federal so-

bre as “blusinhas” fabricadas em países como a China causa desemprego no Brasil.

Do outro lado, os grandes si-

tes asiáticos patrocinam a atuação da Frente Parlamentar do Livre Mercado para defender que a tributação vai punir consumidores das classes de renda mais baixa, que não têm dinheiro para viajar e fazer compras no exterior.

Apesar de falar que está aberto à negociação, o presidente afirmou que não sabe se aceitará outra taxa. “Como você vai proibir pessoas pobres, meninas e moças que querem comprar uma bugiganga, um negócio de cabelo?” ●

Windows 11

A VAIO recomenda o
Windows 11 Pro para empresas

O melhor da tecnologia, projetado para os seus negócios



O Windows mais seguro
de todos os tempos.

VAIO® PRO PX

- 12ª Geração de Processadores Intel® Core™
- Windows 11 Pro
- Armazenamento SSD de até 512GB PCIe Gen4
- Memória RAM de até 64GB DDR4

LOCAÇÃO À PRONTA ENTREGA

Entre em contato e conheça as ofertas

0800 721 1577 | (41) 99149 5371

corporativo@br.vaio.com

intel intel intel
CORE CORE CORE
i5 i7 i3

Família de processadores Intel® Core™

VAIO e VAIO são marcas registradas da Sony Corporation. Os computadores VAIO, fabricados no Brasil pela Positivo Tecnologia S.A., seguem todos padrões de qualidade da VAIO Japão, possuem garantia básica de um ano para peças e mão de obra, sendo nove meses de garantia contratual e 10 dias de garantia legal. Para acessar a internet, o cliente deve possuir uma linha telefônica fixa ativa e arcar com os custos de países e/ou interurbano ou contratar o serviço de banda larga de sua preferência, adquirindo os periféricos necessários para o uso do serviço. Microsoft e Windows são marcas registradas da Microsoft Corporation nos EUA e em outros países. Intel, o logotipo Intel e Intel Core são marcas comerciais da Intel Corporation ou de suas subsidiárias. Produto beneficiado pela legislação de informática. Imagem meramente ilustrativa. Maio 2024.

35
ANOS

POSITIVO
TECNOLOGIA
A inovação que você vive.